

Uma análise evolutiva dos Bens de Domínio Público nos Municípios do Distrito de Setúbal

Ana Bela Teixeira

e-mail: anabela.teixeira@esce.ips.pt

Carlos Mata

e-mail: carlos.mata@esce.ips.pt

Sandra Nunes

e-mail: sandra.nunes@esce.ips.pt

Área Temática: A2 | Contabilidade e Relato Financeiro do Setor Público / Setor Privado

Palavras chave: Ativo, Imobilizado, Bens de Domínio Público, Autarquias Locais.

Metodologia: Análise de Conteúdo

Resumo

Os Bens de Domínio Público (BDP) nos Municípios, a nível nacional, no período de 2009 a 2013, em termos médios, representam cerca de 38% do Imobilizado e 33,95% do Ativo, de acordo com o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. Especificamente, nos Municípios do Distrito de Setúbal, no mesmo período, os BDP, são a segunda maior componente do Imobilizado, e representam em média, cerca de 17% do Ativo. Analisando, os BDP dos Municípios do Distrito de Setúbal, nesse período, é objetivo deste estudo efetuar uma análise evolutiva e comparativa do peso dos BDP face ao Imobilizado e ao Ativo, de modo a verificar se há relação entre a dimensão do Município e o peso das rubricas dos BDP. Essa análise será efetuada, a partir da análise de conteúdo dos Relatórios e Contas desses municípios. As “Outras Construções” e os “Terrenos” são as rubricas nos BDP com maior peso.

Abstract

In accordance with the Financial Yearbook of Portuguese Municipalities and at a national level, public domain assets (BDP), from 2009 to 2013 represent, on average, about 38% of local governments fixed assets and 33.95% of total assets. Specifically, in the local governments of the district of Setúbal and in the same period, the BDP are the second largest component of the fixed assets, which represents, on average, about 17 % of assets. In this study we aim to perform, in further detail, an evolution and comparison analysis to the weight of the BDP in the fixed assets and total assets of the local governments in Setúbal district, and in order to check for the relationship between these entities' size and their weight on BDP. This analysis will be performed from the content analysis of the annual reports of these entities. Results showed that "Other Constructions" and "Property" are the types of BDP with greater weight.

Keywords: Assets, Fixed Assets, Public Domain Assets, Local Governments.

1. INTRODUÇÃO

A crescente necessidade de uma gestão pública responsável e efetuada com critérios de eficiência, eficácia e economia, veio, nas últimas décadas, reforçar a importância da informação contabilística. No Setor Público Administrativo, desde 1997, que essa informação por imposição do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), (Decreto-lei n.º 232 de 3 setembro), está associada à articulação de três sistemas contabilísticos: a contabilidade orçamental, a contabilidade patrimonial e a contabilidade analítica. Justificados pela especificidade dos setores e da informação necessária disponibilizar ao nível da contabilidade analítica, foram publicados quatro planos setoriais, que no caso dos municípios, se traduziu pela publicação do Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL) (Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro), que definiu e normalizou o reconhecimento, mensuração e divulgação da atividade e do património que as autarquias administram e controlam. A partir da informação contabilística de divulgação obrigatória no POCAL, entre outros, é possível através da análise do Balanço, que reflete a constituição do património da entidade contabilística, constatar que, no caso das autarquias, cerca de 90% do Ativo pertence ao Imobilizado, onde se destacam, nas suas diversas componentes, os BDP (Carvalho *et al.*, 2014).

Dada a existência de diferentes planos setoriais, para a administração central, local, setor da saúde, da educação e da segurança social demonstra a fragmentação que afeta a eficiência na consolidação de contas no setor público e que implicam ajustamentos que colocam em causa a fiabilidade da informação em sede da sua integração. Assim, a publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), permite, por exemplo, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação do sistema de contabilidade e relato orçamento e financeiro das administrações públicas (introdução ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro).

Face à relevância no Ativo das autarquias locais, do imobilizado e neste, o peso dos BDP, esta investigação tem por objetivo geral caracterizar a composição e o peso dos BDP no Imobilizado e no Ativo nos municípios do distrito de Setúbal, no período de 2009 a 2013 e, comparar essa realidade com o contexto nacional, apresentado e divulgado no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses (AFMP) e pelas autarquias em análise nesse período. Assim, os objetivos deste estudo, após uma breve caracterização dos municípios assentam em: caracterizar e enquadrar os BDP no Imobilizado no POCAL e no SNC-AP; evidenciar o comportamento dos BDP no AFMP; caracterizar e comparar o peso dos BDP, no Imobilizado e

no Ativo dos municípios do distrito de Setúbal, com a realidade nacional; caracterizar o peso das rubricas dos BDP nos municípios do distrito de Setúbal, de acordo com a sua dimensão.

Para a concretização dos objetivos propostos foi utilizada uma metodologia de investigação baseada na análise bibliográfica e na análise dos balanços das autarquias que integram o distrito de Setúbal. Efetuado o tratamento dos dados obtidos, identificamos e caracterizamos o peso e composição dos BDP nos municípios do distrito de Setúbal, no período em análise.

Este estudo está estruturado de modo a que, após uma breve introdução, apresentada no ponto um, se evidencie nos pontos dois e três, os BDP no imobilizado, no POCAL, no SNC-AP, e no AFMP. No ponto quatro, apresenta-se um Estudo Empírico, onde se define o Problema e as Hipóteses de Investigação, se caracteriza a Amostra e a Metodologia utilizada e se apresentam os resultados do estudo. No ponto cinco, encontram-se as conclusões e por fim as referências bibliográficas.

2. OS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO NO IMOBILIZADO NO POCAL E SNC-AP

A necessidade de determinar o valor do património do Setor Público e especificamente das Autarquias Locais, torna imprescindível o reconhecimento dos diferentes tipos de Ativos, nomeadamente, dos BDP. A confirmar a relevância desta temática nas autarquias Locais destaca-se a publicação desde 2005 dos AFMP.

2.1 Autarquias Locais

As Autarquias Locais, de acordo com o n.º 2 do art. 235.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), são “pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas”. Ainda de acordo com o n.º 1 do art. 236.º da mesma Constituição é especificado que, as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas, sendo que, o município é a autarquia local que visa a prossecução dos interesses comuns da população residente num território delimitado (concelho), através de órgãos eleitos. Importa salientar, que um município pode integrar, com existência autónoma e estrutura própria, empresas mistas e municipais e serviços municipalizados.

Atualmente, de acordo com a Direcção Geral das Autarquias Locais, em Portugal existem 308 municípios, que se podem repartir em três dimensões, relativamente ao número de habitantes, tal como se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 1 – Distribuição dos Municípios Portugueses por classes de Dimensão

Pequenos (população menor ou igual a 20.000 habitantes)	Médios (população maior que 20.000 habitantes e menor ou igual a 100.000 habitantes)	Grandes (população superior a 100.000 habitantes)
183 Municípios	101 Municípios	24 Municípios
59,4%	32,8%	7,8%

Fonte: Adaptado de Carvalho *et al.* (2013).

Assim, a nível nacional, os municípios de pequena dimensão, representam mais de 59% dos municípios, enquanto que os de grande dimensão, não atingem os 8%.

2.2 OS BDP no Imobilizado no POCAL e no SNC-AP

Os BDP, são “um conjunto de bens pertencentes a uma pessoa colectiva de direito público de população e território, cujo uso tem de estar afecto a fins de interesse público e que estão sujeitos a um regime jurídico especial” (Frade, 2003, p. 321). Rua (2015, p. 1-2) entende que os BDP são aqueles que pertencem a uma “pessoa coletiva de direito público e que se encontram afetos a um fim de utilidade pública” e que “são utilizados ou estão disponíveis para serem utilizados, pelo público em geral, possuindo objetivos sociais e não comerciais (ou de obtenção de um rendimento)” caracterizando-se pela sua inalienabilidade, imprescritibilidade e impenhorabilidade.

Segundo o n.º 1 do art. 84.º da CRP, os BDP são: Águas territoriais com os seus leitos e os fundos marinhos contíguos, bem como os lagos, lagoas e cursos de água navegáveis ou fluuáveis, com os respectivos leitos; As camadas aéreas superiores ao território acima do limite reconhecido ao proprietário ou superficiário; Os Jazigos minerais, as nascentes de águas mineromedicinais, as cavidades naturais subterrâneas existentes no subsolo, com excepção das rochas, terras-comuns e outros materiais habitualmente usados na construção; As estradas; As linhas férreas nacionais; Outros bens, classificados por lei.

A inclusão dos BDP no Imobilizado, e logo no Ativo, vários têm sido os autores a questionar se os mesmos devem ou não fazer parte do Ativo (Rua, 2015).

Segundo Bernardes (2003, p. 328) as administrações públicas e as autarquias locais gerem infra-estruturas e um importante acervo de património histórico-artístico cujo valor é certamente discutível, como é discutível se, em termos de Contabilidade Patrimonial, devem tais bens ser considerados como Ativos e incluídos, portanto, no balanço de uma entidade pública. Por outro lado, Carvalho *et al.*, (2006), referem, relativamente às autarquias locais que, todos os BDP devem estar no balanço da autarquia que os administra incluindo aqueles que estejam cedidos temporariamente. Bernardes (2003), por sua vez, refere que existem

várias formas de analisar os BDP, sendo que uma delas será numa óptica do patrimonialismo extremo em que todo o tipo de imobilizado deve ser considerado como Ativo, esteja ou não operacional, salientando ainda que correspondem às expectativas que têm por base o entendimento de que o balanço constitui o documento de síntese mais apropriado para informar sobre todos os recursos geridos pela entidade pública em nome e a favor dos cidadãos.

Relativamente à inclusão ou não dos BDP no Ativo, se considerarmos o previsto no Sistema de Normalização Contabilístico em vigor em Portugal para o setor privado, verificamos que os referidos bens seriam excluídos do Ativo do Setor Público Administrativo uma vez que as duas principais considerações a ter em conta para o seu reconhecimento nessa massa patrimonial são o “controlo” e “benefícios económicos futuros”, considerando o Ativo como “um recurso controlado por uma empresa como resultado de eventos passados em relação ao qual se esperam que fluam benefícios económicos futuros para a empresa”. Se pensarmos nos BDP verificamos que relativamente ao controlo, eles não são passíveis de apropriação individual pois são geridos pelo Estado e por outro lado, como são bens de uso público, também a questão de trazerem benefícios económicos futuros é uma questão problemática de avaliar.

O POCAL e restantes planos públicos setoriais, nada referem, sobre o conceito de ativo. Tal como refere Rua (2016), este plano apenas refere as demonstrações financeiras e os elementos que as integram, o que demonstra as lacunas conceptuais existentes em Portugal nesse período, dada a inexistência, de uma estrutura conceptual para a Contabilidade Pública.

Todavia, se analisarmos a *International Public Sector Accounting Standards 1* (2007:§7) e SNC-AP (2015:§88) definem Ativo como sendo um recurso controlado por uma entidade em resultado de eventos passados e em relação ao qual são esperados benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e que possa ser mensurado fiavelmente. Esta última noção, “potencial de serviço”, representa a diferença do setor público para o setor empresarial relativamente ao conceito de ativo. A Estrutura Concetual do SNC-AP (2015:§90) define o potencial de serviço como “a capacidade de um ativo ser utilizado na prossecução dos objetivos da entidade pública, sem que, necessariamente, tenham que ser gerados influxos de caixa ou equivalentes de caixa para a entidade”. Como é o caso de ativos utilizados para fins recreativos, culturais, históricos, entre outros, que são detidos por uma entidade pública com o objetivo de fornecer bens ou prestar serviços a terceiros (SNC-AP, 2015:§91).

A Norma Contabilística Pública n.º 5 (2015:§7) apresenta alguns exemplos de ativos tangíveis, como os edifícios históricos e monumentos, sítios arqueológicos, áreas de conservação e reservas naturais e obras de arte. Também a Norma Contabilística Pública n.º 3 (2015:§9) apresenta alguns exemplos, os registos de acontecimentos históricos significativos e direitos de utilização de imagem. Importa salientar que estes ativos raramente são detidos pela sua capacidade de gerar influxos de caixa e inclusive podem existir obstáculos legais ou sociais para os usar para tais finalidades. Estes ativos apresentam ainda algumas características que não são exclusivas de tais ativos (NCP n.º 5, 2015:§7; NCP n.º 3, 2015:§9): “é improvável que o seu valor em termos culturais, ambientais, educacionais e históricos seja inteiramente refletido num valor financeiro unicamente baseado num preço de mercado; obrigações legais e ou estatutárias podem impor proibições ou restrições severas à sua alienação por venda; são geralmente insubstituíveis e o seu valor pode aumentar ao longo do tempo, mesmo se a sua condição se deteriorar; e pode ser difícil estimar as suas vidas úteis, que em alguns casos podem ser de várias centenas de anos”.

Saliente-se que antes de se proceder ao registo contabilístico dos BDP é necessário, para além da sua identificação, efetuar a sua inventariação e avaliação. O Cadastro e Inventário de Bens do Estado (CIBE), publicado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, evidencia a necessidade de inventariação dos BDP e estabelece os procedimentos que se devem seguir. O POCP e o POCAL referem que a valorização desses bens deve ser efetuada, sempre que possível, ao custo de aquisição ou ao custo de produção. No caso de se ter de registar BDP antigos, em que não há forma de saber o custo de aquisição ou o custo de produção, esses planos possibilitam que os BDP constem no imobilizado com o valor zero, tendo a entidade onde tal aconteça de identificar e justificar essa impossibilidade, em anexo próprio. Segundo o SNC-AP (2015), caso não seja possível reconhecer tais ativos, a entidade deve, no mínimo, efetuar a sua divulgação nas notas às demonstrações financeiras.

Contudo, a valorização dos BDP apresenta alguma dificuldade. Se por um lado o CIBE estabelece as instruções sobre a inventariação dos bens afetos a entidades públicas, estabelecendo no artigo 15.º que “integra os imóveis qualificados de domínio público ou privado”, e classificando-os conforme o domínio de acordo com o artigo 18.º, já quanto à sua avaliação não há uma distinção clara entre os BDP e os bens de domínio privado, sendo os bens avaliados conforme a sua espécie (urbanos, rústicos e outros) sem ter em conta o seu domínio (Angelo, 2011). Carvalho e Alves, (2006:77), referem a este propósito que, os BDP, “não têm valor de mercado, mas apenas valor de uso ou valor social, uma vez que não podem

ser comercializados livremente no mercado” todavia de acordo com o CIBE, são avaliados de acordo com a sua espécie.

Para efeitos de aplicação do preconizado no POCP, no POCAL e no CIBE, relativamente à avaliação, verifica-se a inexistência de diplomas legais vinculativos para o apuramento do valor de qualquer bem imóvel (Carvalho e Alves, 2006). Neste sentido, caberá a cada entidade pública definir quais os critérios mais adequados para a avaliação dos bens que se encontrem por avaliar. Rua (2015) salienta que, relativamente aos municípios portugueses, que analisou, a falta de referência dos critérios que foram seguidos para o reconhecimento dos seus ativos e mais especificamente dos seus BDP, poderá pôr em causa, a comparabilidade dos valores patrimoniais que apresentam.

De acordo com o POCP e o POCAL, os BDP devem ser registados na conta 44 e 45. Segundo o SNC-AP os BDP devem ser registados nas contas 42, 43, 44 e 45, que por sua vez apresentam sub-contas (quadro 2).

Quadro 2 – As contas para registo dos BDP

POCP/POCAL	SNC-AP
44 – Imobilizações em Curso	42 – Propriedades de Investimento
445 – Imobilizações em Curso	420 – Bens de domínio público
446 – Adiantamentos por Conta de BDP	
	43 – Ativos Fixos Tangíveis
45 – Bens de Domínio Público	430 – Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural
451 - Terrenos e recurso naturais	
452 – Edifícios	44 – Ativos Intangíveis
453 - Outras construções e infra-estruturas	440 – Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural
454 - Infra-estruturas e equipamentos de natureza militar	
455 - Bens do património histórico, artístico e cultural	45 – Investimento em curso
459 - Outros bens de domínio público	450 – Bens de domínio em curso

Fonte: POCAL (1999) e SNC-AP (2015).

Resumidamente podemos concluir que os BDP são bens que pelas suas características são uma especificidade do setor público e apenas por este são administrados, sendo obrigatoriamente apresentados nas demonstrações financeiras das entidades contabilísticas que os administram de forma a evidenciar todo o Ativo que está sob a sua administração e controlo.

De seguida, através da análise do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses iremos evidenciar que parte dos Ativos da administração local são BDP e quanto representam esses bens no imobilizado dos municípios.

3. OS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO NO AFMP

Publicado desde 2005, com a análise à prestação de contas referente ao exercício económico de 2003, o AFMP é hoje uma publicação de referência nacional, sintetizando a avaliação do

desempenho das autarquias sob diferentes óticas: orçamental, financeira, patrimonial e económica. A última versão disponível e editada em 2014 diz respeito ao exercício económico de 2013.

O quadro 3, apresenta os valores globais dos BDP, do Imobilizado e do Ativo dos municípios portugueses, relativamente ao período que decorre entre 2009 e 2013, sendo ainda apresentado o peso dos BDP no Imobilizado e no Ativo, bem como o peso do Imobilizado no Ativo. Salienta-se ainda que, que desde o ano de 2008, todos os municípios portugueses apresentam no Ativo valores nos BDP (Carvalho *et al.*, 2014). Como se pode constatar no quadro 3, os BDP, a nível nacional, relativamente ao Imobilizado, apresentam sempre valores superiores a 36,8%, atingindo o seu valor máximo em 2011, onde atinge os 39,2%. Analisando ainda o seu peso face ao total do Ativo, constatamos que percentualmente o seu peso desce, face ao imobilizado, em cerca de 3%, verificando-se que o seu maior peso é também em 2011 (34,9%) e o menor em 2009 (33,2%).

Quadro 3 – Os BDP, o Imobilizado e o Ativo dos Municípios Portugueses de 2009 a 2013

Unid: milhões € e %

	2009	2010	2011	2012	2013
BDP	12.839	13.613	14.146	13.704	13.719
Imobilizado	34.877	35.996	36.067	35.821	36.136
Ativo	38.622	40.075	40.509	40.326	40.768
% BDP no Imobilizado	36,6	37,8	39,2	38,3	38,0
% BDP no Ativo	33,2	34,0	34,9	34,0	33,7
% Imobilizado no Ativo	90,3	89,8	89,0	88,8	88,6

Fonte: Elaboração própria.

Carvalho *et al.*, (2013), relativamente aos Municípios Portugueses, referem que, decorridos tantos anos sobre a obrigatoriedade de implementação do POCAL, nem todo o imobilizado existente se encontra avaliado e contabilizado, pelo que, será possível que, nos próximos anos, o valor inscrito na rubrica de BDP aumente pela inclusão do valor de bens à data ainda não inventariados e avaliados, como por exemplo as vias públicas, praças e jardins.

4. ESTUDO EMPÍRICO

4.1 Definição do Problema e Hipóteses de Investigação

Neste ponto pretendemos dar resposta à questão de investigação inicialmente formulada e que se prendia com saber se a composição e peso dos BDP no Imobilizado e no Ativo nos municípios do distrito de Setúbal são semelhantes à realidade nacional.

As quatro hipóteses que pretendemos testar, prendem-se com a composição e o peso dos BDP no imobilizado e no Ativo do distrito em estudo.

Assim, as hipóteses são:

H1: A estrutura do imobilizado e o peso dos BDP no Imobilizado e no Ativo, nos municípios do distrito de Setúbal, é semelhante à realidade nacional.

H2: A dimensão dos municípios do distrito de Setúbal correlaciona-se positivamente com o peso dos BDP no Imobilizado.

H3: A dimensão dos municípios do distrito de Setúbal correlaciona-se positivamente com a composição dos BDP.

H4: O Peso dos BDP no Imobilizado correlaciona-se positivamente com a composição dos BDP.

4.2. Caracterização da Amostra e Metodologia

Em Portugal, tal como já referido, existem 308 municípios dos quais 13, pertencem ao distrito de Setúbal. No quadro 2 apresentamos os municípios do distrito de Setúbal organizados segundo a sua dimensão de acordo com os critérios propostos no AFMP.

Com uma área de 5.095 km² e cerca de 851.258 habitantes (Censos 2011), o distrito de Setúbal caracteriza-se por ter 13 municípios. Efetuando o enquadramento desses municípios nas três dimensões apresentadas no AFMP (Pequenos: população menor ou igual a 20.000 habitantes; Médios: população maior que 20.000 habitantes e menor ou igual a 100.000 habitantes; e Grandes: população superior a 100.000 habitantes), verificamos que o peso percentual dos municípios a nível nacional é maior nos de pequena dimensão, enquanto que no distrito de Setúbal, são os de média dimensão que existem em maior número (Quadro 2).

Quadro 2 – Caracterização dos Municípios do Distrito de Setúbal quanto à dimensão

Dimensão	Nº	Designação dos municípios	% no distrito	% nacional
Grande Dimensão	3	Seixal, Almada e Setúbal	23,1	7,8
Média Dimensão	6	Barreiro, Moita, Palmela, Sesimbra, Montijo e Santiago do Cacém	46,1	32,8
Pequena Dimensão	4	Alcochete, Grândola, Sines e Alcácer do Sal	30,8	59,4
Total	13		100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria.

De referir que os municípios de grande dimensão do distrito de Setúbal representam 12,5% destes municípios a nível nacional.

O estudo, referente ao período entre 2009 e 2013, assenta na análise do conteúdo do AFMP e dos Relatórios e Contas dos municípios do distrito de Setúbal. Os Relatórios e Contas foram obtidos nos respectivos sítios na Internet, dada a obrigatoriedade de publicidade, prevista no n.º 2 do artigo 49.º da Lei das Finanças Locais.

A metodologia de análise dos Relatórios e Contas assenta na análise de conteúdo e no tratamento da informação recolhida através de quadros, nomeadamente de estatística descritiva e análise de correlação elaborada através do software SPSS 22. De forma a testar as hipóteses definidas e dado que a variável dimensão é uma variável qualitativa ordinal utilizou-se a medida estatística denominada por coeficiente de correlação ordinal de *Spearman* (R). Para além do cálculo do coeficiente realizou-se também um teste de hipóteses, cuja Hipótese Nula afirma que as variáveis não estão correlacionadas.

4.3. OS BDP no Distrito de Setúbal

Seguindo a metodologia do AFMP de não considerar no imobilizado os investimentos financeiros, o quadro 3 apresenta o peso que cada parcela representa no valor total do Ativo de todos os municípios do distrito de Setúbal. Sendo ainda possível comparar esses valores com os de todos os municípios do país. A coluna relativa à variação permite-nos, aferir a evolução de cada rubrica no período em análise.

Quadro 3 – Comparação da estrutura do Ativo no Distrito de Setúbal e a nível nacional, nos anos de 2009 a 2013

Unid: Milhões € e %

Ativo	2009		2010		2011		2012		2013		Variação	
	Nacional	Distrito	Nacional	Distrito	Nacional	Distrito	Nacional	Distrito	Nacional	Distrito	Nacional 09 - 13	Distrito 09 - 13
Bens de Domínio Público	33,24	17,78	33,97	17,5	34,92	16,61	33,98	16,26	33,65	14,89	6,9	-2,2
Imobilizações Incorpóreas	0,20	0,14	0,20	0,14	0,15	0,15	0,15	0,14	0,14	0,15	-26,3	20,6
Imobilizações Corpóreas	40,81	55,00	40,79	56,25	40,40	55,08	41,84	54,26	42,90	56,02	11,0	18,9
Imobilizado em Curso	16,06	12,35	14,87	10,19	13,56	9,30	12,85	10,17	11,95	9,99	-21,4	-5,6
Total Imobilizado	90,30	85,27	89,82	83,92	89,03	81,14	88,82	80,83	88,64	81,05	3,6	10,9
Investimentos Financeiros	3,67	4,51	4,02	4,28	4,23	5,17	4,24	4,99	4,25	4,93	22,1	27,5
Existências	0,31	1,59	0,30	1,48	0,34	1,49	0,32	1,40	0,27	1,35	-7,6	-0,8
Dívidas de Terceiros	2,80	3,98	2,99	4,16	3,28	5,69	3,07	5,69	2,76	4,16	4,1	22,2
Títulos Negociáveis	0,04	0,11	0,03	0,06	0,04	0,06	0,04	0,04	0,02	0,06	-40,0	-34,7
Disponibilidades	1,51	2,02	1,49	2,24	1,64	2,62	1,89	2,64	2,15	3,19	49,8	84,1
Acréscimos e Diferimentos	1,36	2,52	1,34	3,85	1,44	3,83	1,62	4,41	1,91	5,26	48,1	143,5
Total do Ativo	100,00 N 38.622	100,00 N 1.609	100,00 N 40.075	100,00 N 1.723	100,00 N 40.509	100,00 N 1.780	100,00 N 40.326	100,00 N 1.854	100,00 N 40.768	100,00 N 1.879	5,6	16,7

Fonte: Adaptado de Carvalho *et al.* (2014:174) e Municípios do Distrito de Setúbal (2009, 2010, 2011, 2012 e 2013).

Através da análise do quadro 3, verifica-se que o peso do imobilizado, de 2009 a 2013, nos municípios do distrito de Setúbal é inferior à média nacional. O “Imobilizado Corpóreo” nos municípios do distrito de Setúbal representa mais de metade do total do Ativo, variando entre

54,26% (2012) e 56,25% (2010), tendo nestes municípios, em média, maior peso do que a realidade nacional. De referir que os BDP, tal como a nível nacional, representam a segunda maior componente do total do Ativo, mas tendo nestes municípios, em média, menor peso do que a realidade nacional.

Todas as rubricas do Ativo no distrito de Setúbal, de 2009 para 2013, tem um comportamento semelhante ao ocorrido a nível nacional, exceção para as “Imobilizações Incorpóreas” onde se registou um aumento de 20,6% no distrito de Setúbal e a nível nacional uma diminuição de 26,3% e nos “BDP” onde houve uma diminuição de 2,2% no distrito e a nível nacional um crescimento de 6,9%. No quadro 4 evidencia-se e compara-se a composição da estrutura do imobilizado, no ano de 2009 a 2013, tendo por base os valores apurados no AFMP para todos os municípios portugueses e os valores obtidos no distrito de Setúbal.

Quadro 4 – Estrutura do Imobilizado – a Nível Nacional e Distrital nos anos de 2009 a 2013

Unid: milhões € e %

Imobilizado	2009		2010		2011		2012		2013	
	Nacional	Distrito	Nacional	Distrito	Nacional	Distrito	Nacional	Distrito	Nacional	Distrito
Bens de Domínio Público	36,81	20,85	37,82	20,84	39,22	20,47	38,26	20,11	37,96	18,37
Imobilizado Incorpóreo	0,22	0,17	0,23	0,17	0,16	0,19	0,17	0,17	0,15	0,18
Imobilizado Corpóreo	45,19	64,50	45,41	66,87	45,38	67,88	47,10	67,13	48,39	69,12
Imobilizado em Curso	17,78	14,49	16,55	12,12	15,23	11,46	14,47	12,59	13,49	12,33
Total Imobilizado	100,00 N 34.877	100,00 N 1.372	100,00 N 35.996	100,00 N 1.446	100,00 N 36.067	100,00 N 1.444	100,00 N 35.821	100,00 N 1.498	100,00 N 36.136	100,00 N 1.523

Fonte: Adaptado de Carvalho *et al.* (2014) e Municípios do Distrito de Setúbal (2009, 2010, 2011, 2012 e 2013).

Em 2013, os “BDP” e o “Imobilizado Corpóreo” no distrito de Setúbal representam cerca de 87,49% do total do imobilizado. De 2009 para 2013 verifica-se um acréscimo do “Imobilizado Corpóreo” de 167,3 milhões de euros (15,9%), resultante da absorção do imobilizado em curso que implicou uma variação negativa de 5,9%. Importa salientar, que em 2013, o “Imobilizado em curso” no distrito de Setúbal segue a tendência decrescente dos anos anteriores, exceção para o ano de 2012, que é semelhante à dos municípios portugueses. Relativamente ao “Imobilizado Incorpóreo”, tal como a nível nacional, verifica-se que tem um reduzido peso no Ativo dos municípios, representando 0,18% do total do imobilizado no distrito de Setúbal, tendo registado um crescimento de 0,47 milhões de euros (17,1%), de 2009 para 2013.

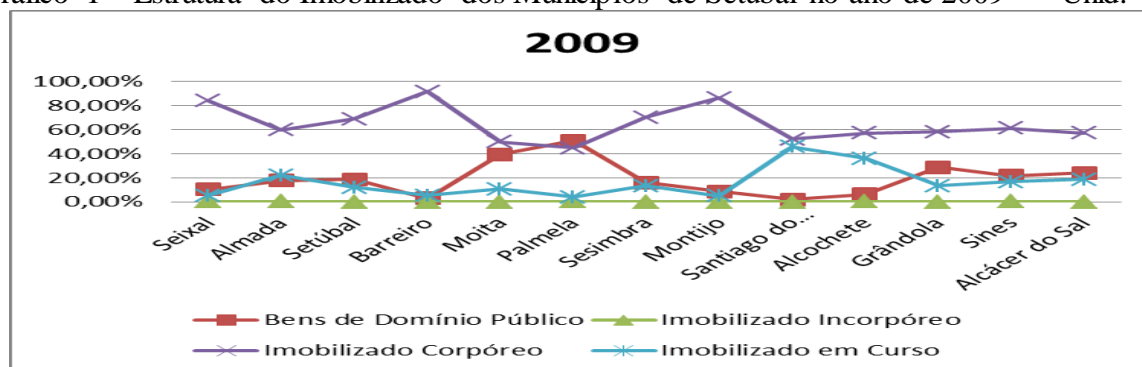
Após o estudo do comportamento global dos municípios do distrito de Setúbal, iremos analisar como se comporta individualmente cada município. Dos treze municípios terão todos

seguido a tendência do distrito? ou do país? ou haverá algum que se tenha destacado mais que os restantes?

Através dos gráficos 1, 2, 3, 4 e 5 apresenta-se a resposta a essas questões refletindo o comportamento de cada município no que diz respeito à estrutura do seu imobilizado.

Tendo por base o valor apurado para o distrito, que é de 85,27%, e no AFMP, 90,30%, relativamente à representatividade do Imobilizado no ano de 2009, verifica-se que o município de Palmela é o que mais se destaca com uma percentagem de 96,65%. No polo oposto temos o município da Moita onde o imobilizado apenas representa 67,34% do Ativo, sendo de todos o que se apresenta com uma percentagem de imobilizado mais baixa em relação ao Ativo do município. Verifica-se também que Seixal, Setúbal, Barreiro, Moita e Grândola se encontram abaixo da média distrital, e que além destes também Almada e Sesimbra estão abaixo da média apurada no AFMP.

Gráfico 1 – Estrutura do Imobilizado dos Municípios de Setúbal no ano de 2009 Unid: %

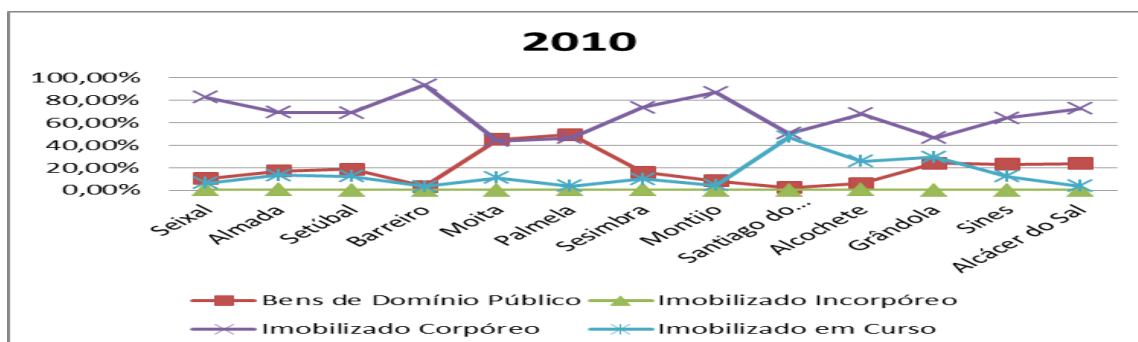


Fonte: Municípios do Distrito de Setúbal (2009).

No que diz respeito à estrutura do Imobilizado no ano de 2009 constata-se que, excetuando Palmela, a maior componente é o “Imobilizado Corpóreo”. Contrariando a tendência nacional Palmela é, no distrito de Setúbal, o município onde os BDP são a principal componente do imobilizado. Já antes se tinha verificado que era também este o município que mais se destacava em termos de imobilizado no Ativo com uma parcela de 96,65%. A segunda maior rubrica do imobilizado é para a maioria dos municípios os “BDP”, com a exceção de Almada, Barreiro, Santiago do Cacém e Alcochete, onde esta rubrica surge como a terceira componente, sendo que a segunda rubrica mais importante, para estes municípios, é o “Imobilizado em Curso”. Há ainda a destacar na rubrica dos “BDP” o município de Santiago do Cacém uma vez que é o que mais se afasta da tendência do distrito, onde os BDP apenas representam uma parcela de 2,05% do imobilizado, ao passo que no global do distrito esta componente representa 20,85%. No entanto, a segunda maior rubrica neste município é o

“Imobilizado em Curso”, podendo neste caso haver ainda alguma cautela quanto à avaliação dos BDP ou talvez alguma dificuldade na sua inventariação.

Gráfico 2 – Estrutura do Imobilizado dos Municípios de Setúbal no ano de 2010 Unid: %



Fonte: Municípios do Distrito de Setúbal (2010).

Relativamente ao ano de 2010, constata-se que o município de Santiago do Cacém é o que apresenta uma maior representatividade do imobilizado no Ativo com 96,73%. Já o município da Moita, à semelhança do ano de 2009, é o que apresenta menor percentagem, 70,62% em relação ao Ativo do município. O peso do imobilizado no Ativo no distrito de Setúbal e no AFMP é de 83,92% e 89,82%, respetivamente. Assim, verifica-se que os municípios do Seixal, Setúbal e Barreiro continuam abaixo da média do distrito, tal como Almada e Sesimbra continuam abaixo da média apurada no AFMP, surgindo neste ano também o município de Alcácer do Sal. Apesar disso, o imobilizado é a principal componente do Ativo em todos os municípios do distrito de Setúbal, tal como na realidade nacional.

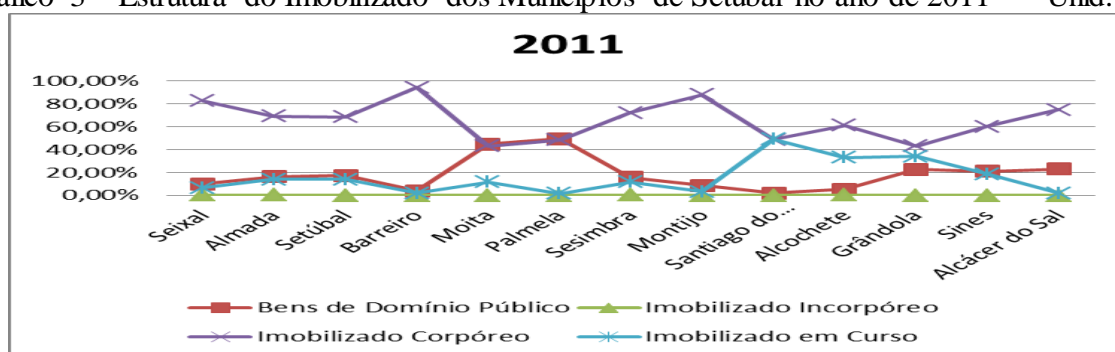
No que diz respeito à estrutura do Imobilizado no ano de 2010 constata-se que, excetuando Palmela e Moita, a maior componente é constituída pelo “Imobilizado Corpóreo”. Contrariando a tendência nacional e distrital, Palmela e Moita apresentam os “BDP” como a maior rubrica do imobilizado, com 49,53% e 45,16% respetivamente. De referir que o município da Moita apresenta a menor percentagem do imobilizado no Ativo do distrito com uma parcela de 70,62%. Tal como a nível nacional, a segunda maior rubrica do imobilizado é para a maioria dos municípios os “BDP”, com a exceção de Santiago do Cacém, Alcochete e Grândola, onde esta é considerada a terceira componente, sendo que a segunda rubrica para estes municípios é o “Imobilizado em Curso”. Tal como no ano de 2009, o município de Santiago do Cacém é o que mais se afasta da tendência do distrito, onde os BDP apenas representam 2,24% do imobilizado, ao passo que no global do distrito esta componente representa 20,84%.

Podemos verificar que no município de Santiago do Cacém a parcela do “Imobilizado Corpóreo” é quase idêntica à do “Imobilizado em Curso”. Em Santiago do Cacém e no

Barreiro quase não há “BDP” e neste último o “Imobilizado Corpóreo” absorve a quase globalidade do imobilizado total. Em Palmela os “BDP” é a maior parcela do Imobilizado. É também possível verificar a grande variação que existe nos valores do “Imobilizado Corpóreo”, do “Imobilizado em Curso” e dos “BDP” pelos municípios do distrito.

Tendo em consideração que a representatividade do Imobilizado no ano de 2011 no distrito, é de 81,14%, e no AFMP, de 89,03%, verifica-se que o município de Santiago do Cacém é o que mais se destaca com uma percentagem de 96,03%. Já no município do Seixal o imobilizado apenas representa 64,76% do Ativo, sendo de todos o que se apresenta com uma percentagem de imobilizado mais baixa em relação ao Ativo do município. Consta-se também que Almada, Setúbal, Barreiro e Moita se encontram abaixo da média distrital, e que além destes também Sesimbra e Grândola estão abaixo da média apurada no AFMP. No global, em todos os municípios do distrito de Setúbal o imobilizado é também a principal componente do Ativo.

Gráfico 3 – Estrutura do Imobilizado dos Municípios de Setúbal no ano de 2011 Unid: %



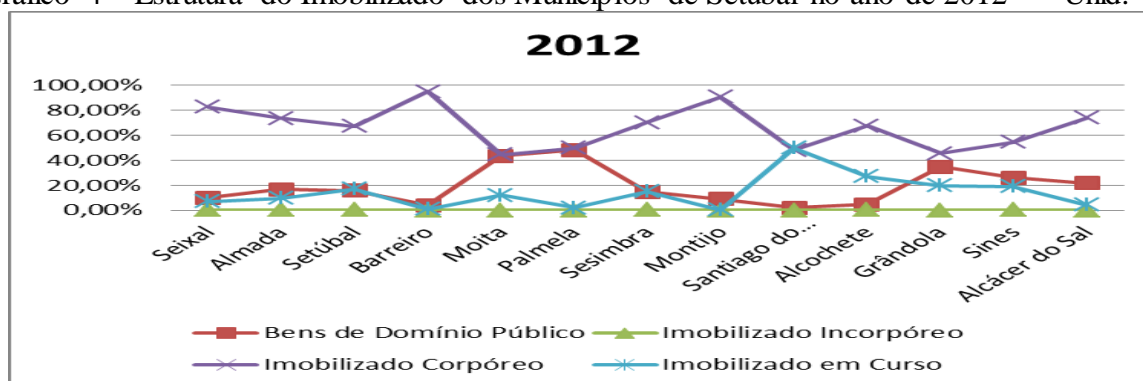
Fonte: Municípios do Distrito de Setúbal (2011).

Relativamente à estrutura do imobilizado no ano de 2011 constata-se que, exceptuando Palmela, Moita e Santiago do Cacém a maior componente é o “Imobilizado Corpóreo”. Contrariando a tendência nacional Palmela e Moita são, no distrito de Setúbal, os municípios onde os “BDP” são a principal componente do imobilizado. Importa salientar, que no município de Santiago do Cacém a principal componente é o “Imobilizado em Curso”, sendo também o município que mais se destaca em termos de imobilizado no Ativo com um peso de 96,03%, eventualmente poder haver ainda alguma cautela quanto à avaliação dos BDP ou talvez alguma dificuldade na sua inventariação e consequentemente contabilização. A segunda maior rubrica do imobilizado é para a maioria dos municípios os “BDP”, com a excepção de Alcochete e Grândola, onde esta rubrica surge como a terceira componente, sendo que a segunda rubrica mais importante, para estes municípios, é o “Imobilizado em Curso” e Santiago do Cacém, em que a segunda rubrica é o “Imobilizado Corpóreo”.

Importa destacar que na rubrica dos “BDP”, tal como em 2009 e 2010, o município de Santiago do Cacém é o que mais se afasta da tendência do distrito, onde os “BDP” representam apenas uma parcela de 2,09% do imobilizado, ao passo que no global do distrito esta componente representa 20,47%.

No que diz respeito à estrutura do imobilizado no ano de 2012 verifica-se que, excetuando Santiago do Cacém, a maior componente é o “Imobilizado Corpóreo”. Contrariando a tendência nacional Santiago do Cacém é, no distrito de Setúbal, o município onde o “Imobilizado em Curso” é a principal componente do imobilizado. A segunda maior rubrica do imobilizado é para a maioria dos municípios os “BDP”, com a exceção de Setúbal, Sesimbra, Santiago do Cacém e Alcochete, onde esta rubrica surge como a terceira componente. Há ainda a destacar na rubrica dos “BDP” os municípios do Barreiro (3,96%), Santiago do Cacém (2,07%) e Alcochete (4,82%) que são os que mais se afastam da tendência do distrito onde esta componente representa 20,11%. De referir que em Palmela os BDP passaram da maior componente para a segunda maior.

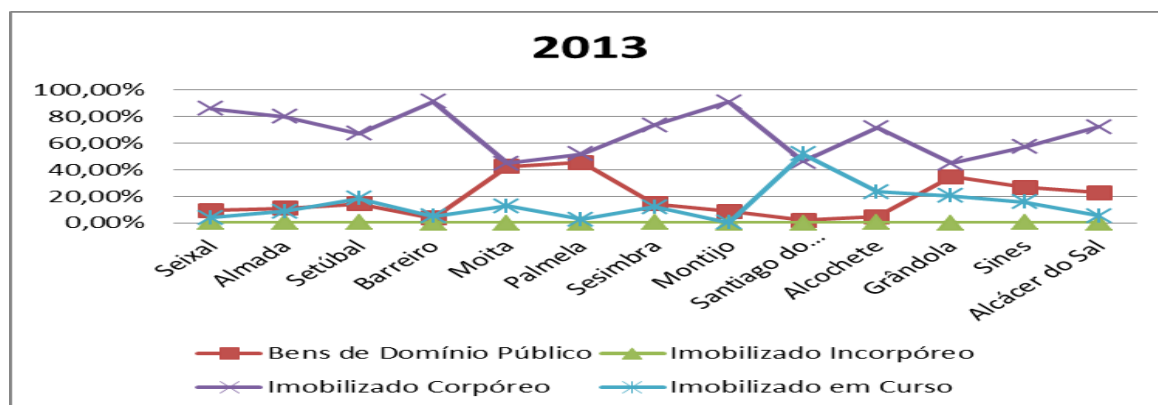
Gráfico 4 – Estrutura do Imobilizado dos Municípios de Setúbal no ano de 2012 Unid: %



Fonte: Municípios do Distrito de Setúbal (2012).

Através do Gráfico 5, constata-se que no ano de 2013, excetuando Santiago do Cacém, a maior componente é o “Imobilizado Corpóreo”. Tal como em 2012 e contrariando a tendência nacional Santiago do Cacém apresenta o “Imobilizado em Curso” como a maior rubrica do imobilizado, com 51,89%. De referir que o município da Moita apresenta a menor percentagem do imobilizado no Ativo do distrito com uma parcela de 69,72%. Tal como a nível nacional, a segunda maior rubrica do imobilizado é para a maioria dos municípios os “BDP”, com a exceção do Barreiro, Santiago do Cacém e Alcochete onde esta é considerada a terceira componente. Podemos verificar que nos municípios do Barreiro (91,15%) e Montijo (91,01%) o “Imobilizado Corpóreo” absorve a quase globalidade do imobilizado total. Já em Palmela e na Moita são os municípios onde os “BDP” representam o maior peso no Imobilizado.

Gráfico 5 – Estrutura do Imobilizado dos Municípios de Setúbal no ano de 2013 Unid: %



Fonte: Municípios do Distrito de Setúbal (2013).

Assim, podemos apresentar os seguintes resultados para os municípios do distrito de Setúbal:

- Todos os municípios seguem a tendência nacional no que diz respeito ao imobilizado ser a maior componente do Ativo, no entanto no ano de 2009, a variação de valores é de algum modo significativa, com municípios que chegam a atingir uma parcela de 96,65%, no caso do município de Palmela, e outros 67,34%, o caso do município da Moita. Nos anos de 2010, 2011 e 2012 verifica-se uma variação entre 96,73%, 96,03% e 96,64% do município de Santiago do Cacém e os 74,74%, 64,76% e 63,63% do município do Seixal. No ano de 2013, constata-se uma variação entre os municípios de Santiago do Cacém (97%) e da Moita (69,72%);

- Relativamente aos “BDP” serem a segunda maior componente do imobilizado, verifica-se que nos anos em análise, apenas 9 municípios do distrito seguem esta tendência. Em 2009, nos municípios de Almada, Barreiro, Santiago do Cacém e Alcochete a segunda maior componente do imobilizado é o “Imobilizado em Curso”, sendo que esta componente tem uma grande relevância nos dois últimos municípios referidos representando 45,92% e 36,23%, respetivamente. Já em 2010, para os municípios de Santiago do Cacém, Alcochete e Grândola a segunda maior rubrica é o “Imobilizado em Curso”, surgindo os “BDP” como a terceira maior componente. No ano de 2011, os municípios de Alcochete e Grândola apresentam mais uma vez como a segunda maior rubrica o “Imobilizado em Curso”. No ano de 2012, para o município de Santiago do Cacém a segunda maior rubrica é o “Imobilizado Corpóreo”, já para os municípios de Setúbal, Sesimbra e Alcochete a segunda maior rubrica é o “Imobilizado em Curso”. No ano de 2013, no município de Santiago do Cacém a segunda maior rubrica é o “Imobilizado Corpóreo”, já para os municípios de Setúbal, Barreiro e Alcochete a segunda maior rubrica é o “Imobilizado em Curso”. Em 2010 e 2011, para além do município de Palmela (49,53% e 49,64%) também o município da Moita (45,16% e

44,93%) apresenta os “BDP” com o maior peso no Imobilizado. Importa salientar que de 2009 a 2011, no município de Palmela os “BDP” são a principal rubrica do imobilizado, passando em 2012 e 2013 a ser a segunda maior componente do imobilizado. De referir ainda que este município é o que mais contribui para os BDP do distrito de Setúbal.

- O “Imobilizado Corpóreo” representa na maioria dos municípios a maior rubrica do Imobilizado, acompanhando a realidade nacional.

- O “Imobilizado Incorpóreo” segue a tendência nacional ao ter fraca representatividade no Ativo dos municípios, existindo 3 municípios (Moita, Santiago do Cacém e Alcácer do Sal) que não apresentam qualquer valor nesta rubrica.

No quadro 5, dando continuidade ao objetivo do nosso estudo, apresentamos a estrutura dos BDP, nos cinco anos em análise, no distrito de Setúbal. Da análise efetuada verificamos que a rubrica “Outras Construções”, é a rubrica com maior representatividade nos BDP, seguindo a tendência nacional (Carvalho et al., 2014). De referir que o peso dos “Bens de Domínio Público em Curso” representa 14%, 12,5%, 16,1%, 17,0% e 19,3% do total dos BDP dos municípios do distrito de Setúbal. Importa salientar que, os “Terrenos” representam, no distrito de Setúbal, 21%, 22,2%, 21,8%, 22,0% e 18,6% nos anos de 2009 a 2013, tendo um peso superior ao da realidade nacional, o que poderá demonstrar a preocupação dos municípios na regularização do cadastro e conseqüente no registo contabilístico dos terrenos.

No que se refere à composição dos BDP nesse período a nível nacional verificamos que a sua desagregação apresenta valores diminutos (menos de 3% do total) nos “Edifícios”, “Património histórico artístico e cultural” e “Outros”, a rubrica com maior peso (com valores compreendidos entre 64% e 74%) é a de “Outras Construções”. Os “Terrenos” surgem em segundo lugar, com valores entre os 13,5% e os 19% e em terceiro lugar temos “BDP em curso” (com valores entre os 13% e os 15,6%).

Quadro 5 – Estrutura dos Bens de Domínio Público – Distrito nos anos de 2009 a 2012

Unidade: Milhões € e %

Bens de Domínio Público	Distrito 2009	Distrito 2010	Distrito 2011	Distrito 2012	Distrito 2013
Terrenos	21,0	22,2	21,8	22,0	18,6
Edifícios	2	1,9	1,7	1,7	1,7
Outras Construções	61,4	61,9	59,0	57,6	58,5
Património Histórico, Artístico e Cultural	1,5	1,4	1,4	1,5	1,8
Outros	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2
Bens Domínio Público em Curso	14,0	12,5	16,1	17,0	19,3
Total	100,0 N 333	100,0 N 345	100,0 N 352	100,0 N 363	100,0 N 346

Fonte: Municípios do Distrito de Setúbal (2009, 2010, 2011, 2012 e 2013).

Seguidamente, analisámos a correlação entre a dimensão dos municípios do distrito de Setúbal e o peso dos BDP no Imobilizado (Hipótese 2). Os resultados permitiram concluir que não existe correlação entre as duas variáveis, para qualquer dos anos observados, dado que obteve-se um p-value muito superior a qualquer nível de significância aceitável.

De seguida analisámos a existência de correlação positiva entre a dimensão e a composição dos BDP (Hipótese 3). Esta hipótese genérica tem de subdividir-se em seis hipóteses:

H3₁: A dimensão correlaciona-se positivamente com a composição dos BDP referente á rubrica “Bens de Domínio Público em curso”

H3₂: A dimensão correlaciona-se positivamente com a composição dos BDP referente á rubrica “Terrenos”

H3₃: A dimensão correlaciona-se positivamente com a composição dos BDP referente á rubrica “Edifícios”

H3₄: A dimensão correlaciona-se positivamente com a composição dos BDP referente á rubrica “Outras construções”

H3₅: A dimensão correlaciona-se positivamente com a composição dos BDP referente á rubrica “Património Histórico, Artístico e Cultural”

H3₄: A dimensão correlaciona-se positivamente com a composição dos BDP referente á rubrica “Outros”

Os resultados são idênticos aos anteriores, também aqui podemos concluir que em qualquer dos cinco anos observados não existe correlação entre a Dimensão do Município e Composição dos BDP.

Tal como no caso anterior, também na análise da correlação entre o peso dos BDP no Imobilizado com a composição dos BDP (Hipótese 4), tivemos de subdividir-se em seis hipóteses:

H4₁: O Peso dos BDP no Imobilizado correlaciona-se positivamente com a rubrica “Bens de Domínio Público em curso”

H4₂: O Peso dos BDP no Imobilizado correlaciona-se positivamente com a rubrica “Terrenos”

H4₃: O Peso dos BDP no Imobilizado correlaciona-se positivamente com a rubrica “Edifícios”

H4₄: O Peso dos BDP no Imobilizado correlaciona-se positivamente com a rubrica “Outras construções”

H4₅: O Peso dos BDP no Imobilizado correlaciona-se positivamente com a rubrica “Património Histórico, Artístico e Cultural”

H4₆: O Peso dos BDP no Imobilizado correlaciona-se positivamente com a rubrica “Outros”
Quando correlacionamos o peso dos BDP no imobilizado com cada uma das rubricas dos BDP verificamos que na maioria dos casos não existe correlação entre as variáveis com três exceções:

- em 2009 temos uma correlação positiva razoável entre o peso dos BDP no imobilizado e a rubrica “Outras Construções”, significativa para um nível de significância de 0,1;
 - em 2013 temos uma correlação negativa razoavelmente boa entre o peso dos BDP no imobilizado e a rubrica “BDP em curso”, significativa para um nível de significância de 0,05;
 - em 2013 temos uma correlação positiva razoavelmente boa entre o peso dos BDP no imobilizado e a rubrica “Outras construções”, significativa num nível de significância de 0,05.
- Importa salientar, que decidimos utilizar o coeficiente de correlação ordinal de Spearman, para confirmar os resultados descritos através da análise de estatística descritiva.

5. CONCLUSÃO

Os BDP pelas suas características são uma especificidade do setor público e apenas por este são administrados, sendo obrigatoriamente apresentados no Balanço ou nas notas às demonstrações financeiras das entidades contabilísticas que os administram de forma a evidenciar todo o Ativo que está sob a sua administração e controlo.

No período em análise (de 2009 a 2013), o imobilizado (BDP, Corpóreo, Incorpóreo), representa em média, cerca de 90% do Ativo total dos municípios portugueses. De referir que nem todo o imobilizado existente se encontra avaliado e contabilizado, pelo que, será expectável que, nos próximos anos, o valor na rubrica de BDP aumente com a inclusão desses bens atualmente ainda não inventariados e avaliados em termos económicos.

De acordo com Carvalho *et al.* (2014), a nível nacional, a rubrica dos BDP é a segunda maior componente do imobilizado. No período de 2009 a 2013, os BDP, representam a nível nacional, 36,81%, 37,82%, 39,22%, 38,26% e 37,96% do imobilizado, respetivamente. Sendo que a maior componente é a rubrica do “Imobilizado Corpóreo”.

Do estudo realizado concluímos que no distrito de Setúbal:

- em todos os municípios o Imobilizado representa a maior componente e que os “BDP” representam a segunda maior componente desse mesmo Ativo, salvo as seguintes exceções: no ano de 2009, Palmela, em 2010, Moita e Palmela, em 2011, Moita, Palmela e Santiago do Cacém, em 2012, Setúbal, Sesimbra, Santiago do Cacém e Alcochete e em 2013 Setúbal, Barreiro, Santiago do Cacém e Alcochete;

- as rubricas com maior peso nos BDP são “Outras Construções”, “Terrenos” e “Bens de Domínio Público em Curso”, tal como, na realidade nacional;
- não existe correlação entre a dimensão e o peso dos BDP no Imobilizado;
- não existe correlação entre a dimensão e a composição dos BDP;
- não se verifica grande homogeneidade na composição dos BDP nos municípios do distrito de Setúbal, havendo muitos que não seguem a tendência nacional descrita no AFMP. As razões para este facto eventualmente poderão prender-se com a falta de critérios claros de classificação dos componentes dos BDP, além de critérios de avaliação e consequentemente contabilização.

Como principal limitação deste estudo, refere-se que os resultados encontrados não podem ser generalizados, por corresponderem apenas à realidade dos municípios do distrito de Setúbal. Como linha de investigação futura, pretende-se, através da análise do Relatório de Gestão, analisar se há muitos BDP avaliados a zero, e se há consistência nos critérios de valorização dos referidos bens.

6. BIBLIOGRAFIA

- ALVES, J. (2004). Bens de Domínio Público: classificação, avaliação e contabilização em Portugal. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga.
- ÂNGELO S. (2011). Os Bens de Domínio Público nas Autarquias Locais. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Contabilidade e Finanças, Escola Superior de Ciências Empresariais, Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal
- ÂNGELO S. e TEIXEIRA A.B. (2012). Os Bens de Domínio Público no Distrito de Setúbal. XV Encontro AECA, Ofir, Esposende.
- BERNARDES, A. (2003). Contabilidade Pública e Autárquica – POCP e POCAL. CEFA, 2ª Edição, Coimbra.
- CARVALHO, J. e ALVES, J. (2006). Cadastro e Inventário dos Bens do Estado – CIBE Comentado. Publisher Team, Lisboa.
- CARVALHO, J., FERNANDES, M. J., CAMÕES, P. e JORGE, S. (2014). Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2011-12. Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Lisboa.
- CARVALHO, J., FERNANDES, M. J., CAMÕES, P. e JORGE, S. (2013). Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2011-12. Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Lisboa.
- CARVALHO, J., FERNANDES, M. J., CAMÕES, P. e JORGE, S. (2012). Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2010. Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Lisboa.
- CARVALHO, J., FERNANDES, M. J., CAMÕES, P. e JORGE, S. (2011). Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2009. Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Lisboa.
- CARVALHO, J., FERNANDES, M. J., CAMÕES, P. e JORGE, S. (2005). Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2003. Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, Tribunal de Contas.
- CARVALHO, J., FERNANDES, M. J. e TEIXEIRA, A. (2006). POCAL Comentado. 2ª Edição, Rei dos Livros, Porto.
- FRADE, C. (2003). Gestão das Organizações Públicas e Controlo do Imobilizado. Áreas Editora, S.A., Lisboa.
- International Public Sector Accounting Standard Board, IPSASB (2007): IPSAS 1 – Presentation of Financial Statements, NY.*

RUA, S. C. (2016). O reconhecimento e a mensuração dos ativos tangíveis: do POCAL ao SNC-AP, XXVI Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica, Idanha-A-Nova, 3 a 6 fevereiro.

RUA, S. C. (2015). Do POCAL às NICSP do IPSASB: O reconhecimento dos bens de domínio público dos municípios portugueses, XXV Jornadas Hispano Lusas de Gestão Científica, Ourense, 5 e 6 fevereiro.

TEIXEIRA, A. B., PARDAL, P., TEIXEIRA, N. e MATA, C. (2015). A contribuição da informação contabilística numa análise comparativa de municípios: um estudo de caso XXV Jornadas Hispano Lusas de Gestão Científica, Ourense, 5 e 6 fevereiro.

LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro – Plano Oficial de Contabilidade Pública.

Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Lei n.º 1/2005, de 12 de agosto – Constituição da República Portuguesa.

Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, aprova a Lei das Finanças Locais.

Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado

Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

SÍTIOS DE INTERNET

Câmara Municipal de Alcácer do Sal - www.cm-alcacerdosal.pt

Câmara Municipal de Alcochete - www.cm-alcochete.pt

Câmara Municipal de Almada - www.m-almada.pt

Câmara Municipal do Barreiro - www.cm-barreiro.pt

Câmara Municipal de Grândola - www.cm-grandola.pt

Câmara Municipal da Moita - www.cm-moita.pt

Câmara Municipal de Montijo - www.mun-montijo.pt

Câmara Municipal de Palmela - www.cm-palmela.pt

Câmara Municipal de Santiago do Cacem - www.cm-santiagocacem.pt

Câmara Municipal do Seixal - www.cm-seixal.pt

Câmara Municipal de Sesimbra - www.cm-sesimbra.pt

Câmara Municipal de Setúbal - www.mun-setubal.pt

Câmara Municipal de Sines - www.sines.pt

Direção Geral do Orçamento – www.dgo.pt

Direção Geral das Autarquias Locais – www.portalautarquico.pt